

## **EDUCAÇÃO EM DESCARTES: QUE EDUCAÇÃO RACIONALISTA É ESSA?**

*Fernando Bonadia de Oliveira \**

**Resumo:** A afirmação de que o pensamento pedagógico de inspiração cartesiana consistiria na determinação de uma educação racionalista radicalmente oposta ao pensamento pedagógico medieval é recorrentemente feita. Este artigo tem como objetivo definir, em sua especificidade, quais são os contornos filosóficos desse pensamento educacional tido como racionalista, conforme ele é revelado em algumas passagens em que Descartes se refere diretamente ao fenômeno educativo. Ao mesmo tempo, será demonstrado em quais termos o pensamento educacional cartesiano se afasta do ideário pedagógico medieval estabelecendo-lhe primeiramente a crítica e, posteriormente, oferecendo-lhe uma alternativa.

**Palavras-chave:** René Descartes (1596-1650). Educação Racionalista. Filosofia da Educação.

### **Introdução**

A princípio, a educação nunca foi um problema central para Descartes. De todas as suas obras, nenhuma delas é dedicada exclusivamente ao problema da educação: não há, portanto, nenhum tratado ou discurso, entre as suas obras, em que se observe como tema

\* Mestrando em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: fernandobonadia@yahoo.com.br.

essencial o estabelecimento de fundamentos ou contornos de um modelo educacional predefinido. Disso resulta a constatação de que, mesmo que tivesse supostamente uma determinada proposta para a educação, Descartes não teve jamais como prioridade redigir qualquer texto com vistas exclusivas a este fim.

A consciência do pressuposto fundamental de que Descartes não possuía, pelo menos à primeira vista, um interesse profundo pela educação deve permitir ao estudioso da filosofia da educação olhar para o pensamento cartesiano sem tanta ambição de atribuir um rótulo àquilo que deriva pedagogicamente de sua filosofia, mas deve, por outro lado, deixá-lo instigado a encarar o cartesianismo visando compreender a emergência das menções de Descartes à educação e em que medida o desenvolvimento deste pensamento filosófico produz um ambiente conceitual através do qual seja possível, ao pedagogo contemporâneo, entender, afirmar ou superar uma importante concepção de educação, tal qual a concepção cartesiana.

Embora não haja sequer uma obra específica de Descartes dedicada ao problema da educação, conta-se indubitavelmente com inúmeras referências cartesianas aos processos educacionais.

Neste sentido, serão abordadas aqui quatro menções cartesianas à educação: a primeira está presente na “Regra II” das **Regras para a Direção do Espírito**; a segunda menção se encontra na “Parte I” do **Discurso do Método**; a terceira encontra-se nas “Respostas” de Descartes às “Segundas Objeções” feitas às suas **Meditações**; e a quarta menção cartesiana ao fenômeno educativo se concentra em um fragmento específico do “Prefácio” escrito por Descartes à tradução francesa dos **Princípios da Filosofia**.

Foram escolhidas estas passagens, e não outras, porque nos quatro excertos acima relacionados são apresentadas as questões mais fundamentais do cartesianismo para a educação e também porque, a partir daqueles excertos, é possível acompanhar o desenvolvimento do pensamento cartesiano sobre a educação de um modo mais objetivo.

Finalmente, no trabalho de análise das passagens citadas, ter-se-á como escopo o desvendamento do sentido e dos fins visados pelo

autor para o tratamento de cada uma das suas referências à educação e não o esgotamento de todas as sutilezas presentes no texto cartesiano, o que é, sem dúvida, uma tarefa muito mais complexa.

Comprometido apenas com o engenho de definir, em sua especificidade, quais são os contornos filosóficos desse pensamento educacional tido como racionalista (de acordo com o que é revelado em algumas passagens em que Descartes se refere diretamente ao fenômeno educativo) este trabalho – inclusive por força de delimitação de seu problema – não recorrerá a outros textos além do texto cartesiano, uma vez que interessa aqui exclusivamente a concepção apresentada por Descartes acerca da educação.<sup>1</sup>

### A relevância da escolástica na educação das crianças: o interlúdio da “Regra II”

A referência cartesiana à educação na “Regra II” das **Regras para a Direção do Espírito**<sup>2</sup> surge como um breve interlúdio inserido para afirmar que a existência da regra em questão não condena, entre outras coisas, o modo de filosofar que vigorava naquele tempo.

Antes de tomar para análise este breve interlúdio, importa saber que as **Regras** foram redigidas durante a década de vinte do século XVII<sup>3</sup> e que há, entre os estudiosos, os que entendem que elas foram escritas em espaços de tempo diferentes e aqueles que, por outro lado, defendem que elas foram todas redigidas a um só tempo. Objetivamente, pode-se afirmar que, embora datem mais provavelmente dos fins da década de vinte dos seiscentos, as **Regras** só foram publicadas em 1684 em holandês, e em 1701 em latim.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Conta-se, indubitavelmente, com diversos trabalhos relevantes acerca do problema da educação na obra de Descartes. Todavia, este trabalho não pretende sair – em suas análises – do texto do filósofo francês a fim de garantir uma objetividade maior ao tema proposto, limitando-se a indicar ao leitor a existência de trabalhos que desenvolvem abordagens diferentes daquela apresentada aqui e a oferecer, portanto, a possibilidade de que esta leitura possa ser confrontada com outras leituras que dela discrepam.

<sup>2</sup> Doravante: **Regras**.

<sup>3</sup> A data de composição das *Regras*, apresentada como a mais provável, é de 1628

<sup>4</sup> Sobre a composição e toda a discussão acerca do texto e dos manuscritos das *Regras*, vale conferir a “Notice” de Henri Gouhier (1965) ao texto latino das **Regras**. A primeira publicação das **Regras** apareceu somente trinta e quatro anos após a morte de seu autor.

Sabe-se que das trinta e seis regras que Descartes pretendia escrever (e que estariam divididas em três grandes partes, compostas – cada uma – de doze regras), apenas a primeira parte se encontra completa, faltando, assim, as seis últimas regras da segunda parte e toda a parte final.<sup>5</sup> A regra que será abordada aqui, a segunda, pertence à primeira parte da obra. Segundo afirma Descartes (1971a, p. 86) ao fim da Regra XII, esta primeira parte da obra pretende mostrar “tudo o que pode facilitar de certo modo o uso da razão”.

A “Regra II”, neste sentido, traz por título “Os objetos de que nos devemos ocupar são apenas aqueles que os nossos espíritos parecem conseguir conhecer de uma maneira certa e determinada” e se inicia logo com uma definição de ciência: “Toda a ciência é um conhecimento certo e evidente” (DESCARTES, 1971a, p. 14). Para Descartes, um homem que duvida de diversas coisas, em comparação com aquele que nunca pensou nestas mesmas coisas, não é mais sábio que este último, sendo até mesmo menos sábio do que ele, caso tenha formado uma opinião falsa sobre algumas dessas coisas. Neste sentido, conclui Descartes, é mais valioso nunca ter estudado nada do que se ocupar de objetos de tal modo difíceis que, sem distinguirem o falso do verdadeiro, os homens se vejam conduzidos a tomar como certo o que é, na verdade, duvidoso. Isso se justifica, segundo Descartes, uma vez que não existe tanta esperança em aumentar a doutrina quanto existe de perigo em diminuí-la.<sup>6</sup>

Como conseqüência desta segunda regra, Descartes afirma qual postura deve ser tomada neste momento do desenvolvimento de sua

<sup>5</sup> Embora a segunda parte, que deveria conter as regras XIII a XXIV, acabe na Regra XVIII, Descartes deixou disponível, ao menos, os títulos das regras XIX, XX e XXI.

<sup>6</sup> A palavra latina *doctrina* aparece três vezes naquilo que consistiria na primeira parte das **Regras**: a primeira vez no primeiro parágrafo desta “Regra II”; a segunda vez no segundo parágrafo da “Regra III” e a terceira vez no quarto parágrafo da Regra IV. Em todas as suas ocorrências, ela designa “ensino” ou algum equivalente deste termo (instrução, erudição). Na “Regra III” observa-se a sentença “*Sed quamvis etiam omnes inter se consentirent, non tamen sufficeret illorum doctrina...*” (Descartes, 1965, p. 41). [Mesmo se todos estivessem de acordo, o seu ensino não nos bastaria... (Descartes, 1971, p. 19)]. Na Regra IV, a ocorrência de *doctrina* é a seguinte: “*Integumentum vero dixi, non quo hanc doctrinam tegere velim et involvere ad arcendum vulgus...*” (Descartes, 1965, p. 48). [Se falei de roupagens, não é que queira cobrir e envolver este ensino para afastar o vulgo... (Descartes, 1971, p. 27)]. A tradução dos fragmentos disposta entre colchetes é a da edição portuguesa aqui utilizada. Vale lembrar que não é, todavia, sobre estas passagens que incidirá a análise que será feita aqui.

obra: rejeitar todo e qualquer conhecimento que não passe de provável e confiar somente naquilo que é perfeitamente conhecido e que não suscite dúvidas.

Segundo Descartes, “um defeito comum do gênero humano” fez com que os letrados desprezassem a meditação sobre as coisas simples, tomando-as como muito fáceis, de modo que tais homens talvez estejam convencidos de que são raros os conhecimentos de que não se pode duvidar. Contrapondo-se a este pensamento, Descartes afirma que essas coisas simples são muito numerosas e capazes de demonstrar de um modo certo uma grande quantidade de proposições sobre as quais estes homens não puderam raciocinar senão de forma muito provável. Os letrados se habituaram a adornar suas razões fictícias de tal maneira que findaram por se convencer delas e, a partir de então, passaram a tomá-las como verdadeiras.

Não obstante, são poucas as coisas sobre as quais um homem pode se dedicar observando esta Regra. Dificilmente, diz Descartes, há alguma matéria científica em torno da qual os homens tenham estado em acordo; e sempre que dois homens discordam em relação a um assunto, proferindo juízos contrários sobre uma mesma dificuldade, um dos dois está errado, pois a verdade não pode estar presente em ambos ao mesmo tempo. Descartes, porém, vai mais longe: afirma que nenhum desses dois homens parece sequer ter ciência, uma vez que se um deles apresentasse razões certas e evidentes, facilmente as exporia ao outro, acabando, assim, por convencê-lo. Disso resulta a constatação de que sobre assuntos deste gênero (o gênero em que as opiniões divergem) só se pode chegar a afirmações prováveis e jamais à ciência perfeita, já que não é lícito, “sem temeridade contarmos nós fazer mais do que os outros” (DESCARTES, 1971a, p. 15).

A conclusão que Descartes tira de suas considerações é a de que, sendo corretas as suas reflexões, a observação da “Regra II” se limita, entre todas as ciências existentes, somente à aritmética e à geometria.

Neste ponto, surge propriamente a “menção educacional” de Descartes, a qual se desenvolve como um breve interlúdio que ele insere nesta argumentação.

Tal interlúdio inicia-se com a palavra *tamen* (todavia) que possui o intuito de contrapor a radicalidade apresentada no parágrafo anterior, em que o conhecimento certo e indubitável é defendido em detrimento das opiniões prováveis. Descartes afirma que a defesa do conhecimento certo e evidente não condena, todavia, nem a maneira de filosofar encontrada até aqui (*bactenus*) pelos outros e nem a maquinaria dos silogismos prováveis (*probabilium syllogismorum tormenta*) perfeitamente adaptada para as disputas que travam os escolásticos.

Quais seriam, enfim, estes “outros” a que Descartes se refere? A presença da palavra *bactenus* (até aqui) sugere que estejam sendo referidos os filósofos medievais que, em boa medida, dominavam o cenário intelectual de sua época. Desta forma, Descartes está afirmando que a existência da “Regra II” não exclui nem a “maneira de filosofar encontrada nos medievais”, nem a “maquinaria dos silogismos prováveis” dos escolásticos. Não obstante, é necessário perguntar: por que a Regra em questão não depõe contra essas duas coisas? Descartes se justifica alegando que tanto a maneira de filosofar encontrada nos medievais, quanto a maquinaria dos silogismos prováveis dos escolásticos não são condenáveis, visto que são exercícios e, ao mesmo tempo, um meio de emulação para fazer progredir os espíritos das crianças (*puerorum ingenia*). Para Descartes, é bem melhor que as crianças sejam formadas por tais opiniões, que são aparentemente incertas em consequência das controvérsias entre os eruditos, do que sejam abandonadas a si mesmas.

Vê-se, a partir daí, que Descartes atribui ao pensamento que se desenvolve sobre opiniões prováveis uma aplicação que o absolve da condenação pela regra em questão: “a maquinaria dos silogismos prováveis” e a “maneira de filosofar” dos medievais são úteis na medida em que constituem um meio de emulação e uma série de exercícios que promovem os espíritos das crianças. Descartes acrescenta ainda que

sem guia (*sine duce*) as crianças cairiam em precipícios, mas à medida que seguem as pegadas de seus mestres (*praeceptorum*), ainda que se afastem da verdade algumas vezes, seguem um caminho mais seguro, em função de ter obtido, ao menos, a aprovação de homens mais avisados (*prudentialior*).

Não satisfeito com o elogio à escolástica, feito até aqui, Descartes ainda afirma: “E nós próprios nos regozijamos de termos sido outrora educados desta maneira nas escolas” (DESCARTES, 1971a, p. 16). Não obstante ao elogio, Descartes alega que, agora livres do juramento que os submetia às palavras do Mestre (*ad verba Magistri*), suficientemente amadurecidos e em idade para retirar a mão da palmatória, aqueles que quiserem seriamente fixar a si mesmos regras que os ajudem a atingir o cume do conhecimento humano precisam classificar, entre as primeiras coisas, aquelas que os previnem do abuso de seus ócios. As pessoas que abusam do ócio desprezam, de acordo com Descartes, o que é fácil e se ocupam apenas de temas árduos, “sobre os quais acumulam engenhosamente conjeturas muito sutis e razões extremamente prováveis” (DESCARTES, 1971a, p. 16). Estas pessoas, após diversos trabalhos, dão-se conta já tardiamente que nada mais fizeram do que aumentar as suas dúvidas sem terem obtido qualquer ciência.

Após esta passagem, Descartes já retoma o desenvolvimento que realizava antes de iniciar o *interlúdio* sobre a educação escolástica, afirmando que irá recuperar o que disse “pouco mais atrás”, examinando porque só a geometria e a aritmética são as únicas disciplinas imunes a qualquer defeito de falsidade ou de incerteza (DESCARTES, 1971a, p. 17).

Esta menção à educação feita por Descartes, conforme a leitura integral da “Regra II” permite observar, consiste em um breve parêntesis ou *interlúdio* com a finalidade de justificar porque a maneira de filosofar dos medievais e a maquinaria dos silogismos prováveis dos escolásticos não são condenadas pela Regra: tanto uma quanto a outra serve para o ensino das crianças, o que não as exime de, uma vez amadurecidas, subtrair a mão à palmatória visando atingir o cume do conhecimento, trilhando o caminho proposto nas **Regras**.

Descartes, como demonstra a leitura deste fragmento das **Regras**, aceita o ensino escolástico tomando-o como preferível a que se abandone as crianças a si mesmas e sem guia. O momento de “subtração da mão à palmatória”, em que os sujeitos já amadurecidos decidem fixar a si mesmos regras que os ajudem a atingir o cume do conhecimento humano, constitui o primeiro momento de elaboração da proposta educacional de Descartes, como contraposição ao programa pedagógico medieval. Como será visto em seguida, este momento se repetirá em outros termos na “Parte I” do **Discurso do Método**.

### A crítica pontual à educação das Escolas na “Parte I” do **Discurso do Método**

O **Discurso do Método de Bem Conduzir a Razão e Buscar a Verdade nas Ciências**,<sup>7</sup> embora tenha adquirido atualmente a distinção como obra autônoma, foi publicado anonimamente em 1637 com mais três ensaios: a *Ótica*, a *Metereologia* e a *Geometria*, os quais seriam “ensaios deste método” e mostrariam sua eficácia na descoberta da verdade.

A “Parte I” do **Discurso**, à qual este artigo se dedicará, revela a formação intelectual do jovem Descartes e mostra como este filósofo vai paulatinamente rompendo com os ensinamentos e pressupostos da formação oferecida pelas Escolas, através de uma análise de seu percurso escolar.

É possível dividir o texto da primeira parte do **Discurso** em três momentos: o *primeiro*, em que se acha uma introdução à temática da obra e são apresentados os seus objetivos (§§ 1-5); o *segundo* em que Descartes apresenta o seu percurso escolar e a crítica a este percurso (§§ 6-14); e o *terceiro*, em que Descartes afirma o rompimento com seus mestres e a sua resolução em estudar a partir de si mesmo (§§ 14 e 15).

O *primeiro momento* é iniciado por Descartes com algumas considerações sobre o bom senso, que – segundo ele – seria a coisa

---

<sup>7</sup> Doravante: **Discurso**.



mais bem fracionada entre os homens, uma vez que cada um acredita estar tão bem servido de bom senso que não deseja tê-lo mais do que já o possui. Para Descartes, tal constatação revela que o bom senso ou razão (por ele entendido como “poder de julgar bem e distinguir entre o falso e o verdadeiro”) é igual entre todos os homens. Sendo assim, o que justificaria a diversidade das opiniões não consistiria em uma questão de maior ou menor racionalidade de cada homem, mas nos meios através dos quais os homens conduzem seus pensamentos; tais meios seriam diversos e não levariam em consideração as mesmas coisas. Descartes, juntamente aos filósofos de seu tempo, considera que o que há de mais ou de menos nos mais diversos espíritos se deve unicamente a “acidentes” e não a diferenças “necessárias”. Disso resulta a seguinte afirmação: não basta ter o espírito bom, mas é necessário aplicá-lo bem.

Desde jovem, Descartes afirma ter passado por certos caminhos que o conduziram a considerações e máximas a partir das quais ele formou um método, o qual fornece um meio para aumentar gradualmente seu conhecimento e elevá-lo ao mais alto grau que sua mediocridade e sua curta vida permitem atingir. O que comprova tal afirmação é o fato de Descartes já ter colhido, a partir do método, determinados frutos que lhe deram a satisfação de obter o progresso na busca da verdade e de conceber certas esperanças para o futuro e, havendo uma ocupação solidamente boa e importante entre os “homens puramente homens”, é levado a afirmar com ousadia que foi essa a que ele escolheu para si. (DESCARTES, 1983, p. 29-30).

Embora seja mais levado à desconfiança do que à presunção em relação ao juízo que faz de si mesmo, Descartes alega que estes frutos colhidos por ele lhe fornecem extrema satisfação, embora ele assuma poder estar enganado, uma vez que todos os homens estão sujeitos a equívocos naquilo que lhes diz respeito. Neste sentido, o filósofo afirma qual é seu objetivo com o **Discurso**: mostrar quais foram os caminhos seguidos por ele e representar a sua vida como em um quadro, para que todos possam julgá-lo e para que ele possa fazer dos comentários deste método um meio de se “instruir”, o qual juntará àqueles que ele já

costuma utilizar. Além dessas considerações, Descartes afirma ainda que seu propósito não é “ensinar” o método que cada qual deva seguir para conduzir bem a sua razão,<sup>8</sup> uma vez que dar preceitos a outros significa para Descartes julgar-se mais hábil que eles. Se algum desses preceitos demonstrar-se falho, o homem que os profere é, em função disso, plenamente censurável. Descartes propõe, desta forma, que o **Discurso** seja lido como uma história ou fábula, em que se encontre exemplos que devam ser imitados e outros que alguém terá razão de não seguir.

O *segundo momento* revela o percurso intelectual e escolar de Descartes, o qual afirma ter sido desde a infância “nutrido”<sup>9</sup> nas letras.<sup>10</sup> Apesar de sentir um imenso desejo de aprendê-las, uma vez que se persuadiu de que através delas conquistaria um conhecimento seguro e claro sobre tudo que tem utilidade à vida, Descartes mudou inteiramente de opinião quando terminou os seus estudos. Ao fim de seu percurso de formação, o filósofo afirma ter estado envolvido em tantas dúvidas e erros que seu único aproveitamento dos anos de formação foi ter descoberto cada vez mais a sua ignorância. Isso, diz Descartes, não se deveu ao fato de sua formação não ter sido realizada em uma escola de excelência; La Flèche, escola que apresentava uma educação jesuítica, era, segundo ele, uma “das mais célebres escolas da Europa, onde pensava que deviam existir homens sábios, se é que existiam em algum lugar da Terra” (DESCARTES, 1983, p. 30).

Em sua escola, o filósofo aprendera tudo o que todos os outros alunos aprendiam e, mais ainda, dedicava-se a percorrer todos os livros que tratavam de outras ciências mais curiosas e raras, não satisfeito com o que lhe era ensinado. Descartes confessa nunca ter sido visto

---

<sup>8</sup> Convém, diante desta passagem, mencionar o trabalho de MELLO, A. **Descartes e a Filosofia da Educação Moderna: a questão do bom uso da razão**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), Marília, SP, 1997.

<sup>9</sup> Sobre esta palavra e sua incidência na obra de Descartes, vale conferir a nota 16 deste artigo.

<sup>10</sup> A respeito da formação de Descartes e da composição histórico-educacional do ensino jesuíta que lhe fora ofertado, vale conferir o texto de Kazumi Munakata intitulado **Por que Descartes criticou os estudos que realizou no Colégio de La Flèche mesmo admitindo que era uma das mais célebres escolas da Europa?** Este trabalho desenvolve uma relevante análise das disciplinas ensinadas no colégio em que Descartes estudara.

como inferior aos demais alunos, mesmo sabendo que alguns deles já estavam destinados a ocupar as vagas dos mestres. Como seu século parecia tão fértil e florescente em bons intelectos como qualquer outro, Descartes tomou a liberdade de julgar por si mesmo todos os outros e de pensar que não havia doutrina no mundo (*doctrine dans le monde*)<sup>11</sup> que fosse tal como antes lhe haviam feito esperar.

Descartes estimava, apesar disso, os exercícios típicos das escolas e reconhecia a importância de cada uma das disciplinas que estudara. Todavia, ao mesmo tempo que revela seu percurso escolar, ele não deixa de criticar tais disciplinas.

A despeito da importância das línguas (que são indispensáveis para o entendimento dos livros antigos), das fábulas (que despertam o espírito), das ações memoráveis das histórias (que, entre outras coisas, ajudam a formar o juízo) e a despeito da leitura dos bons livros (que funcionam como um diálogo com pessoas qualificadas dos séculos anteriores e até mesmo uma conversa premeditada em que elas só revelam o melhor de seus pensamentos), Descartes afirma já ter se dedicado demais às línguas e à leitura dos textos antigos, que promovem o diálogo com outros homens de outros séculos em uma experiência que se equipara à experiência das viagens, sempre muito férteis. Todavia, Descartes critica: viajando-se muito, torna-se estrangeiro em sua própria pátria, e aquele que se detém demais nas coisas do passado torna-se ignorante em relação às práticas do presente. Descartes considera ainda que, embora sejam importantes, as fábulas fazem imaginar coisas impossíveis como possíveis e, por mais que sejam fiéis à realidade, elas omitem quase sempre as circunstâncias mais baixas, quando não alteram o valor das coisas para torná-las mais dignas de leitura. Disso resulta que também aqueles que medem seus costumes pelos exemplos que retiram das histórias sujeitam-se a repetir as ações extravagantes dos paladinos presentes nos romances e a conceber projetos que superam as suas forças.

---

<sup>11</sup> Observa-se novamente a ocorrência da expressão “doutrina no mundo”. Também aqui o termo “doutrina” pressupõe um sinônimo de “ensino”.

A despeito da importância da eloquência e da poesia, a primeira possuidora de “forças e belezas incomparáveis” e a segunda possuidora de “delicadezas e doçuras muito encantadoras” (DESCARTES, 1983, p. 31), Descartes conta que apreciava demais a eloquência e se enamorara da poesia, mas se apercebera que tanto uma quanto outra eram, mais do que frutos de estudo, dons do espírito. Ora, aqueles que possuem um raciocínio vigoroso e costumam digerir melhor seus pensamentos a fim de torná-los inteligíveis e claros podem persuadir melhor os outros a respeito da matéria que propõem, mesmo falando o “baixo bretão” e desconhecendo a retórica; e aqueles que produzem as invenções mais agradáveis e sabem exprimi-las com os maiores ornamentos e doçuras, por mais que desconheçam a poética, não deixam de ser os melhores poetas.

A despeito da importância das matemáticas (cujas invenções extremamente sutis servem para satisfazer os curiosos, tornar as artes mais fáceis e diminuir o trabalho humano), Descartes considera que, pela certeza e evidência de suas razões, sentia prazer com elas, embora não soubesse ainda seu verdadeiro emprego. O filósofo pensava que as matemáticas serviam apenas para as artes mecânicas e – sendo seus fundamentos tão sólidos e firmes – surpreendia-se que “nada de mais elevado” houvesse sido edificado sobre elas (DESCARTES, 1983, p. 32).<sup>12</sup> Comparando tal situação com os escritos dos antigos pagãos, “que tratam dos costumes a palácios muito soberbos e magníficos, erigidos apenas sobre a areia e sobre a lama” (DESCARTES, 1983, p. 32), Descartes afirma que eles levantam sobremaneira as virtudes e as apresentam como se fossem as mais estimáveis entre todas as coisas existentes no mundo, embora não ensinem de forma satisfatória como conhecê-las e não passe de insensibilidade ou desespero o que eles chamam com belos nomes.

---

<sup>12</sup> Nesta passagem nota-se que Descartes pretende sugerir a noção de *Mathesis Universalis* que se encontra desenvolvida nas **Regras**. Certamente Descartes se espantava com o fato de não terem feito das matemáticas [que garantem a certeza e a evidência de suas proposições] um método para as demais ciências.

Em relação à Teologia (que se faz importante uma vez que ensina a ganhar os céus), Descartes afirma tê-la reverenciado e ter pretendido ganhar os céus com ela, mas aprendera, como coisa extremamente segura, que o caminho dos céus está aberto tanto aos mais sábios quanto aos espíritos mais vulgares, e que as verdades reveladas que conduzem para lá estão acima da inteligência humana. Diante disso, o filósofo afirma não ousar submeter tais verdades à fraqueza dos seus raciocínios.

A respeito da Filosofia (que fornece meios de tratar com verossimilhança todas as coisas e meios para se fazer admirar pelos menos sábios), Descartes escreve que dirá apenas que nela não há nada que não seja objeto de disputa e que, portanto, não há nada que não seja duvidoso neste domínio, embora a Filosofia tenha sido cultivada pelos espíritos mais sublimes. Em função disso, Descartes alega não ter sustentado nunca a presunção de acertar mais do que os outros. Considerando as opiniões divergentes dos filósofos, todas defendidas por homens doutos, e considerando ainda que não há mais de uma opinião verdadeira sobre uma mesma matéria, o filósofo atribuía “quase como falso tudo quanto era somente verossímil” (DESCARTES, 1983, p. 32).

A despeito do valor das demais ciências (que propiciam riquezas e honras aos seus cultivadores), considerando que tomam seus princípios ou fundamentos da Filosofia, Descartes afirma que nada de sólido seria possível construir sobre seus tão frágeis fundamentos.

Finalmente, Descartes assegura também ter considerado as más doutrinas (*mauvaises doctrines*) em sua análise, a fim de conhecer o seu valor e evitar ser enganado por elas.

O *terceiro momento* desta “Parte I” contém as conclusões de Descartes a partir da análise de seu percurso intelectual. Para o filósofo, tudo o que ele acabou de considerar o obrigou a deixar o estudo das letras, tão logo a idade lhe permitiu escapar da sujeição de seus preceptores (*de la sujétion de mes précepteurs*). Desta forma, Descartes empregou o resto de sua vida em viajar e decidiu não procurar nenhuma outra ciência, além daquela que se poderia encontrar nele mesmo ou no “grande livro do mundo”.

Descartes se dedicou a viajar, pois encontrava mais verdade nos raciocínios que cada um faz sobre os negócios que lhe importam, do que naqueles raciocínios que um letrado faz em seu gabinete acerca de especulações que não geram nenhum efeito e que, como conseqüência, só produzem mais vaidades e se distanciam mais do senso comum, graças à quantidade de artifício e espírito necessários para torná-las verossímeis. Descartes, todavia, assegura ter cultivado sempre o desejo de aprender a distinguir o verdadeiro e o falso, com o intuito de orientar as suas ações e caminhar com segurança.

À medida que se limitava a levar em conta os costumes dos outros homens, Descartes encontrava poucas coisas que fossem capazes de lhe satisfazer, uma vez que notava nesses costumes quase a mesma diversidade de opiniões que percebia anteriormente nas próprias opiniões dos filósofos, de modo que o maior provento que Descartes (1983, p. 33) tirou daí foi, segundo suas próprias palavras,

[...] que vendo uma porção de coisas que, embora nos pareçam muito extravagantes e ridículas, não deixam de ser comumente acolhidas e aprovadas por outros grandes povos, aprendi a não crer demasiado firmemente em nada do que me fora inculcado só pelo exemplo e pelo costume; e assim, pouco a pouco, livre-me de muitos erros que podem ofuscar a nossa luz natural e nos tornar menos capazes de ouvir a razão.

Empregando, posteriormente, alguns anos em estudar no livro do mundo e empenhando-se em procurar obter alguma experiência, Descartes tomou a resolução de estudar a si mesmo e de empregar todas as suas forças na escolha dos caminhos que deveria seguir. Isso, pelo que lhe parece, deu-lhe mais resultado do que se estivesse junto de seu país e de seus livros.

É possível perceber, através destes três momentos da “Parte I” do **Discurso**, as semelhanças entre os pensamentos cartesianos contidos aí e aqueles contidos nas **Regras**. A maior dessas semelhanças entre os dois textos, no sentido da problemática que está sendo abordada aqui, encontra-se na afirmação da necessidade de “sair da sujeição de seus

preceptores” (como se afirma no **Discurso**) e na afirmação da necessidade de subtrair a mão à palmatória (como se encontra escrito nas **Regras**). Esta “libertação da tutela”<sup>13</sup> constitui o primeiro movimento do racionalismo na educação, em que ele ainda se diz relativamente à escolástica, isto é, dirigindo-se a ela e sem alcançar ainda a forma de um programa educacional independente.

Esta semelhança, como outras, não pode ofuscar as diferenças essenciais entre um texto e o outro. Enquanto no texto **Regras** Descartes absolve do conteúdo da “Regra II” a “maneira de filosofar” dos outros filósofos e a “maquinaria dos silogismos prováveis” extremamente adaptada para as disputas da escolástica, visto que são exercícios e meios de emulação dos espíritos das crianças, o texto de 1637 já estabelece uma crítica pontual da educação escolástica, em cada uma das suas disciplinas, e em cada um de seus contornos e métodos, em um movimento que se estabelece pelo reconhecimento da importância de cada uma dessas disciplinas, mas no oferecimento de fortes críticas às mesmas. Através dessa crítica pontual à educação escolástica, tendo também como referência o que ficou dito sobre a “Regra II”, é possível observar como vai se formando aquilo que vem sendo chamado de “educação racionalista”.

Seria extremamente profícuo realizar uma investigação minuciosa de cada um dos pontos da educação escolástica que Descartes, embora reconheça sua importância, critica sistematicamente. Todavia, como este trabalho não tem a intenção de esgotar cada uma das sutilezas do texto cartesiano, mas evidenciar de que forma, em seu conjunto, as obras de Descartes vão definindo uma educação que progressivamente se afasta do pensamento pedagógico escolástico, o que foi dito até aqui parece suficiente.

É possível, deste modo, perceber que o rompimento ou o prenúncio de rompimento de Descartes em relação à educação escolástica, que constitui um primeiro momento da educação racionalista

---

<sup>13</sup> O termo “tutela”, no sentido de indicar a sujeição a um pensamento, ficou celebrizado pelo opúsculo kantiano “Resposta à Pergunta: o que é iluminismo?”, de 1784. A expressão foi aqui emprestada.

cartesiana, dá-se em termos diferentes nas **Regras** e no **Discurso**, embora possuam uma mesma orientação.

Será analisado, então, um segundo momento da educação contida no pensamento cartesiano, em que a atividade pedagógica não se expressa mais como algo que parte fundamentalmente da educação afirmada pela Escolástica para posteriormente libertar-se de sua tutela. Neste segundo momento, em que será analisado o aspecto pedagógico das **Meditações** e dos **Princípios da Filosofia**, a educação que se afigura no pensamento cartesiano mostra-se mais constitutiva e menos submetida à crítica da escolástica, adquirindo independência em relação a ela.

#### **As “Respostas do Autor às Segundas Objeções”: o aspecto pedagógico das *Meditações***

Abordar o aspecto pedagógico das **Meditações** revelado não nas próprias **Meditações**, mas nas respostas que Descartes ofereceu à segunda série de objeções que foram feitas a esta obra, exige o mesmo trabalho dispensado em revelar o interlúdio educacional da “Regra II” e o percurso intelectual e escolar de Descartes na “Parte I” do **Discurso**.

É possível apreender a afirmação cartesiana do aspecto pedagógico das **Meditações** através da breve introdução que o filósofo oferece à exposição geométrica das principais “Razões” que, nestas **Meditações**, provam a existência de Deus e a distinção entre o espírito e o corpo do homem. Esta exposição geométrica é realizada a pedido dos objetores que desejavam compreender o sistema proposto por Descartes “de um só relance”.

Antes de propor as “Razões Geométricas”, Descartes afirma partir da distinção entre duas coisas em relação ao “modo geométrico de escrever”: a “ordem” e a “maneira de demonstrar”. A “ordem” define que as coisas que foram propostas em primeiro lugar devam ser conhecidas sem o auxílio das seguintes e que as seguintes, por sua vez, devam ser expostas de tal modo que sejam demonstradas unicamente pelas coisas que as precedem. Tal ordem confere com a ordem seguida na obra **Meditações**. A maneira de demonstrar é dupla, uma vez que se faz pela “análise ou resolução” ou pela “síntese ou composição”.



A “análise” mostra o caminho verdadeiro através do qual a coisa foi metodicamente descoberta, revelando como os efeitos dependem das causas, de tal forma que, lançando o leitor um olhar sobre tudo o que esta ordem contém e seguindo-a atentamente, ele compreenderá a coisa assim demonstrada com a mesma perfeição daquele que a descobriu, e essa demonstração será tão sua como se ele mesmo a tivesse descoberto. Esta espécie de demonstração carrega, porém, um problema: ela não é capaz de convencer o leitor teimoso e desatento, pois se nela escapar a menor das coisas, não haverá necessidade de suas conclusões. Nesta espécie de demonstração não se costuma expressar de forma muito ampla as coisas que são muito claras em si mesmas, ainda que sejam as que mais cumpre ressaltar.

A “síntese” procede examinando, segundo Descartes, as causas pelos efeitos (embora sua prova seja também a dos efeitos pelas causas) e demonstra claramente por um caminho diferente do caminho da análise o que está contido na sua conclusão, seguindo-se de uma longa série de definições, postulados e outras etapas, com a finalidade de que, negando-lhe algumas conseqüências, o autor mostre como ela está contida nos seus antecedentes, de modo que arranque o consentimento do leitor por mais volúvel e obstinado que seja. Esta espécie de demonstração carrega, também, de acordo com Descartes, o seu problema: não dá satisfação completa aos espíritos dos que desejam “aprender”, pois não “ensina” o modo pelo qual a coisa foi descoberta.

Descartes afirma que seguiu somente a análise nas **Meditações** porque esta lhe pareceu a via mais verdadeira e mais própria ao “ensino”. A síntese, porém, não convém tanto à Metafísica como convém à Geometria (na qual ela pode ser colocada utilmente após a análise) porque há, segundo Descartes, uma diferença: as noções primeiras supostas para a demonstração das proposições geométricas, uma vez em acordo com os sentidos, são aceitas com facilidade por cada um, até pelos espíritos menos atentos, com a condição de que eles se recordem somente das coisas precedentes. Todavia, a principal dificuldade criada pela aplicação da síntese à Metafísica consiste em conceber clara e distintamente as noções primeiras. Embora elas não

sejam naturalmente menos claras que as noções primeiras da Geometria, elas são perfeitamente entendidas apenas pelos espíritos mais atentos e que se empenham em apartar, tanto quanto podem, o espírito do comércio dos sentidos, uma vez que estas noções primeiras não estão em acordo com muitos prejuízos que os homens recebem dos sentidos (aos quais cada um está habituado desde a infância). Estas questões justificam, segundo Descartes, o fato de não terem sido propostas as noções primeiras da Metafísica totalmente isoladas, pois sua demonstração seria facilmente negada pelos espíritos propensos à contradição.

Esta é a razão pela qual Descartes preferiu escrever meditações a disputas ou questões como os filósofos em geral procedem, ou mesmo a teoremas ou problemas como fazem os geômetras, com a finalidade de, como ele mesmo diz, “testemunhar com isso que as escrevi tão-somente para os que quiserem dar-se ao trabalho de meditar seriamente comigo e considerar as coisas com atenção” (DESCARTES, 1983, p. 167).

A afirmação cartesiana acerca da preferência pela forma de meditações, exclusivamente dedicadas àqueles que estiverem dispostos a meditar seriamente com ele e a considerar as coisas com atenção, contrapõe-se totalmente à forma de disputas que, nas **Regras**, consistiam na finalidade da utilização da “maquinaria dos silogismos prováveis”. O que se percebe é que Descartes, negando a forma de disputas, dispensa a maquinaria dos silogismos prováveis e promove uma filosofia que parte das noções primeiras, certas e evidentes.

O texto da “Regra II” afirmava que a rejeição de todos os conhecimentos que não passavam de prováveis não condenava a maneira de filosofar dos medievais, nem a maquinaria dos silogismos prováveis da escolástica, visto que serviam de uma série de exercícios e de um meio de emulação para os espíritos das crianças, isto é, serviam como forma de instrução. Agora, porém, nem esta utilidade restaria aos silogismos prováveis da escolástica, uma vez que são as **Meditações** (que diferem das disputas) que constituem aquela via mais verdadeira e mais própria ao ensino, isto é, a via que, ao contrário da síntese, dá “inteira satisfação aos que desejam aprender”, porque ensina o método pelo qual a coisa foi descoberta (DESCARTES, 1983, p. 167).

Vê-se, assim, como o texto das **Meditações** avança no rompimento com a educação escolástica, o que só se torna compreensível à medida que confrontamos a justificativa do aspecto pedagógico desta obra com o interlúdio educacional presente na segunda das **Regras para a Direção do Espírito**. Descartes não afirma mais a necessidade da escolástica para a instrução, nem mesmo estabelece a crítica a esta formação, mas fornece uma alternativa a ele, isto é, as próprias **Meditações**.

### O “Prefácio”: a ordem definitiva do ensino nos *Princípios da Filosofia*

O “Prefácio” aos **Princípios da Filosofia**<sup>14</sup> de Descartes consiste, na verdade, em uma carta do autor ao tradutor francês dessa obra. Demonstrando extremo contentamento com a versão francesa feita dos seus **Princípios** originalmente redigidos em latim, Descartes afirma esperar que sua obra seja lida em francês por mais pessoas do que em latim e afirma ainda que, com a nova versão, espera que eles sejam melhor compreendidos.<sup>15</sup> Descartes, porém, afirma sentir-se receoso em relação ao título da obra prefaciada. O filósofo teme que este título afaste aqueles que não foram nutridos nas letras<sup>16</sup> ou que desanime aqueles leitores que façam da Filosofia um mau conceito, em função de terem aprendido uma Filosofia que não os tenha contentado. E assim se justifica, segundo o autor, a existência de um “Prefácio” que oferecesse ao leitor uma informação acerca do assunto do livro, o intuito do autor ao redigi-lo e qual a utilidade de seu conteúdo. Descartes, embora preocupado com tais questões e cômico de que lhe caberia

<sup>14</sup> Doravante: **Princípios**.

<sup>15</sup> A edição latina dos **Princípios** data de 1644. A edição francesa data de 1647.

<sup>16</sup> É interessante notar que a sentença “nutrido nas letras” emerge repetidas vezes na obra de Descartes. A princípio ela parece significar “ter sido formado nas letras”, ou então, “ter sido educado nas letras”. Vemo-la surgir no início do parágrafo sexto do **Discurso** (*nourri aux lettres*) e no primeiro parágrafo do “Prefácio” aos **Princípios** (*nourris aux lettres*). O próprio Descartes, mais adiante no “Prefácio”, fornece pistas para a compreensão do sentido dado por ele a este vocábulo, afirmando: “Os animais brutos que não têm senão seus corpos para conservar, se ocupam continuamente em procurar com que se nutrir (*nourrir*), mas os homens, cuja parte principal é o espírito, deveriam empregar seus principais cuidados na procura da Sabedoria, que é a verdadeira nutrição (*vraye nourriture*)” (DESCARTES, 1975, p. 109-110).

escrever ele mesmo tal “Prefácio” (uma vez que sabe, mais do que qualquer outro, dessas coisas), decide tratar apenas dos pontos principais que, segundo ele julga, carecem de alguma elucidação, deixando ao tradutor o critério de publicar a parte que ele julgar a mais apropriada.

Embora este “Prefácio” apresente, em diversos fragmentos, questões importantes e essenciais para que se compreenda pormenorizadamente a visão cartesiana tardia acerca da educação, serão tomadas aqui somente as considerações de Descartes sobre a finalidade da publicação dos seus **Princípios da Filosofia**, pois ali se evidencia claramente o aspecto propriamente pedagógico deste livro. A leitura da seguinte passagem parece comprovar isso: “para deixar bem explícita a finalidade que tive publicando [os **Princípios**], desejaria explicar aqui a ordem que me parece que deva ser seguida para uma pessoa se instruir” (DESCARTES, 1975, p. 116).

Discursando sobre esta ordem com vistas a deixar bem explícita a finalidade da publicação dos **Princípios**, Descartes afirma que, em primeiro lugar, aquele que contiver apenas o conhecimento vulgar e imperfeito, adquirido pelos quatro meios que ele houvera explicado,<sup>17</sup> deve antes de qualquer outra coisa procurar formar uma Moral que seja suficiente para regular imediatamente as ações da vida, uma vez que é um dever humano se esforçar para lograr uma boa vida. Em seguida, afirma Descartes, cumpre estudar a lógica que ensina a conduzir bem a razão, a fim de se descobrir as verdades desconhecidas. Como isso deriva muito da utilização, é bom que o sujeito se exercite durante algum tempo em praticar as regras que se referem a questões fáceis e simples, como aquelas da matemática. Descartes rejeita aqui a lógica

---

<sup>17</sup> A tradução aqui utilizada deste “Prefácio” suprime a informação de que sejam *quatro* os meios anteriormente explicados por Descartes para se obter o conhecimento vulgar e imperfeito, afirmando apenas “pelos meios já acima explicados” e não “pelos *quatro* meios acima explicados”. A edição francesa dos **Princípios**, preparada por Adam e Tannery, indica – em nota – que Descartes, ao falar destes quatro meios, refere-se aos quatro graus de sabedoria a que chegou a ciência existente em sua época, expostos no início do “Prefácio”: o primeiro grau contém as idéias em si mesmas tão claras que podem ser adquiridas sem qualquer esforço meditativo; o segundo grau compreende aquilo que a experiência dos sentidos permitem conhecer; o terceiro grau, por sua vez, refere-se àquilo que ensina a conversa dos outros homens; e, finalmente, o quarto grau consistiria na leitura dos escritos produzidos por pessoas capazes de fornecer aos homens boas instruções.

das Escolas, afirmando que ela não passa de uma dialética que ensina os meios através dos quais é possível fazer os demais compreenderem o que já se conhece, ou então, um meio de proferir palavras, sem prévio julgamento, acerca daquilo que não se sabe, o que corrompe o bom senso mais do que o aumenta.

Após estas duas etapas (a formação da moral e a aprendizagem da lógica que ensina a bem conduzir a razão), à medida que o sujeito já tiver o hábito de achar a verdade em tais questões, Descartes afirma que é necessário se aplicar com um empenho maior à filosofia verdadeira, que tem na metafísica sua primeira parte. A metafísica possui os princípios do conhecimento, envolvendo a explicação dos principais atributos de Deus, da imaterialidade da alma humana e toda a série de noções claras e simples que existem nos homens. A segunda parte é a física, em que se examina como é composto todo o universo. Em seguida, é examinada especificamente a natureza da Terra e dos corpos que existem a sua volta (ar, água, fogo, imã e outros minerais). Após isso, finalmente, é necessário cuidar do exame particular da natureza das plantas, dos animais e, em especial, da natureza do homem, de tal forma que seja possível encontrar todas as demais ciências que são úteis a ele.

Através desta ordem exposta por Descartes, vê-se cumprir exatamente o itinerário dos **Princípios da Filosofia**, o que conduz o leitor à conclusão de que esta obra contém a ordem tida pelo filósofo como aquela necessária para se adquirir a instrução, sem que dependa de qualquer vínculo (ainda que crítico) com a educação escolástica. É, portanto, nesta obra que a educação pensada por Descartes se liberta ao máximo do pensamento pedagógico medieval.

Em contraposição ao **Discurso**, em que se realiza a crítica pontual da escolástica, os **Princípios** se erigem, em alto grau, como refutação daquela formação. Nos **Princípios**, o olhar cartesiano para a educação não está mais submetido à crítica da escolástica, da mesma forma como está na “Parte I” do **Discurso** ou na “Regra II” das **Regras**. O “Prefácio” dessa obra revela uma concepção cartesiana da instrução

extremamente mais constitutiva do que submetida à crítica da escolástica. Isso está claramente manifesto, embora no mesmo “Prefácio” ainda apareçam leves críticas à escolástica, como aquela feita quando Descartes (1975, p. 119), ao falar dos frutos que se pode colher de seus **Princípios**, afirma que

[...] as verdades que eles contêm, sendo muito claras e muito certas, anularão todos os assuntos de disputa e assim disporão os espíritos à doçura e à concórdia; bem ao contrário da Escola que, insensivelmente tornando os que as aprendem mais abstinados e insensíveis, são talvez a primeira causa das heresias e das dissensões que atrapalham presentemente o mundo.

Uma carta a Mersenne, de 11.11.1640, revela que Descartes pensava nos **Princípios da Filosofia** como em um curso; escreve ele ao amigo: “meu desígnio é escrever por ordem todo um Curso de minha Filosofia em forma de Teses” (DESCARTES, 1971b, p. 233). Em outra carta, de 31.12.1640, ao mesmo destinatário, Descartes afirma que pretendeu redigir sua filosofia “em tal ordem que ela possa ser ensinada facilmente” (DESCARTES, 1971b, p. 276). Tais considerações, somadas às outras, revelam que ao propor a publicação dos **Princípios**, Descartes propõe, em caráter definitivo, não só uma nova filosofia, mas também um novo pensamento sobre o fenômeno educativo: aquela forma de conceber a educação que atualmente vem sendo classificada, de maneira muito genérica, como “educação racionalista”.

## Conclusão

A partir da interpretação do interlúdio educacional da “Regra II” das **Regras para a Direção do Espírito**, da “Parte I” do **Discurso do Método**, das “Respostas do Autor às Segundas Objeções” feitas às **Meditações** e do fragmento contido no “Prefácio” aos **Princípios da Filosofia** foi possível compreender com maior especificidade o desenvolvimento do pensamento educacional no cartesianismo. A resposta à questão sobre qual é essa educação racionalista que o

pensamento de Descartes envolve só pode ser dada, portanto, a partir do momento em que seja feita uma leitura do cartesianismo em suas menções específicas à educação, compreendendo que seu afastamento do pensamento educacional medieval não se dá de maneira súbita e imediata, mas se constrói paulatinamente através das obras escritas por Descartes, conforme o percurso deste artigo procurou revelar.

Enquanto o “interlúdio educacional” da segunda das **Regras** tem o intuito de não condenar nem a maneira de filosofar encontrada nos medievais, nem a maquinaria dos silogismos prováveis da escolástica dando-lhes, a despeito da existência da regra em questão, uma finalidade pedagógica ou instrutiva, a obra **Meditações**, por seguir a via analítica (que é, segundo Descartes, a mais própria ao ensino e aquela que dá inteira satisfação aos espíritos dos que desejam aprender), já consiste no próprio processo de instrução, sem nenhuma necessidade afirmativa ou crítica da escolástica.

Da mesma forma, deve-se observar o que se passa entre a primeira parte do **Discurso** e o fragmento analisado do “Prefácio” aos **Princípios**. No **Discurso**, pouco antes de estabelecer a crítica pontual ao programa educacional da escolástica (o qual deveria também ser negado pelos sujeitos quando, amadurecidos, decidissem sair das pegadas de seus mestres e empregar todas suas forças em encontrar as verdades) Descartes (1983, p. 30) afirma, como foi visto, que seu objetivo ali “não é ensinar o método que cada qual deva seguir para bem conduzir a sua razão. Todavia, diante do fragmento aqui selecionado do “Prefácio”, vê-se que Descartes (1975, p. 116) já estava em posse, neste novo momento, de um programa através do qual se encontraria a “ordem necessária” para uma pessoa se instruir, uma ordem que se estabelece – como nas **Meditações** – com a maior independência possível do programa pedagógico da escolástica.

Embora Descartes não tenha deixado sequer uma obra dedicada exclusivamente ao problema da educação, é possível perceber – finalmente – de que forma a educação, não obstante a isso, se faz presente no pensamento filosófico cartesiano.

## EDUCATION IN DESCARTE'S WORKS: WHAT RATIONALIST IS THIS?

**Abstract:** It is often made the affirmation that the Cartesian pedagogical thought would consist in a determination of a rationalist education radically contrary to the Middle Ages' pedagogical thoughts. This paper has the main objective to define, in its specificity, what are the philosophical outlines of this educational thought known as rationalist, as it is revealed in some places in which Descartes refers to directly as the educational phenomenon. In addition, the paper will show in which terms the Cartesian educational thought removes from the ideal pedagogical medieval, establishing first the criticism and, later on, offering an alternative to it.

**Key words:** René Descartes (1596-1650). Rationalist Education. Educacional Philosophy.

### Referências Bibliográficas

DESCARTES, R. **Regras para a direção do espírito**. Tradução de António Reis. Lisboa: Estampa, 1971a.

\_\_\_\_\_. **Oeuvres de Descartes**. Publiées par Charles Adam e Paul Tannery. Paris: Lib. Philosophique J. Vrin, 1971b. (Correspondance, v. III).

\_\_\_\_\_. Carta do Autor. In: VALERY, Paul. **O pensamento vivo de Descartes**. São Paulo: Martins, 1975. p. 108-120.

\_\_\_\_\_. **Os Pensadores**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GOUHIER, H. Notice. In: DESCARTES, R. **Regulae ad Directionem Ingenii**. 4. ed. Paris: J. Vrin, 1965. p. 7-31.

MELLO, A. **Descartes e a Filosofia da Educação Moderna: a questão do bom uso da razão**. 1997. Dissertação (Mestrado)– Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Marília, SP, 1997.

MUNAKATA, K. Por que Descartes criticou os estudos que realizou no Colégio de la Flèche, mesmo admitindo que era uma das mais célebres escolas da Europa?. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio; RANZI, Serlei Maria Fischer (Org.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2003. p. 39-99. v. 1.